

DESAFIOS EFPCs 2019

Investimentos e Solvência



O jornal diário dos
ancepianos.
25 de fevereiro- 8h30

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: ANCEP CONVIDA CFC E APÓIA A ABRAPP AO MANIFESTAR PREOCUPAÇÃO



O Presidente da ANCEP, Roque Muniz, está convidando o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a junto a nossa Associação apresentar sugestões no intuito do aprimoramento do projeto de reforma da Previdência, especialmente no tocante ao regime de capitalização, que ainda que dependa de futuro projeto de lei já é mencionado na PEC, inclusive trazendo algo que preocupa as nossas lideranças. A preocupação decorre da tentativa de permitir que também a previdência aberta possa gerir os recursos do regime complementar dos servidores de estados e municípios. Mensagem nesse sentido, assinada por Roque, seguiu na última sexta-feira (22) para o Presidente do CFC, Zulmir Ivânio Breda (foto)

Roque Muniz já havia se manifestado na semana passada nesse sentido, na linha da própria Abrapp, ao notar que a reforma da Previdência é necessária e o Governo e o Congresso Nacional acertam em buscar, através da apresentação de propostas e negociações, a aprovação de um texto que de fato contribua não só para um modelo previdenciário justo, mas também para o estancamento da crise fiscal, além de oferecer ao mercado e aos investidores razões para voltarem a investir, permitindo à economia brasileira retomar o seu crescimento. Essa é a visão do Presidente Roque Muniz (foto) que no entanto faz uma ressalva: preocupa o propósito do Executivo de fazer com que as previdências fechada e aberta venham a competir pela gestão dos recursos acumulados no regime de capitalização a ser implementado. E o motivo dessa preocupação, explica Roque, é a inexistência de condições para uma concorrência justa, uma vez que melhores meios, especialmente de natureza tributária, são oferecidos aos bancos e seguradoras.

A previdência aberta, que visa o lucro e se mostra alavancada por grandes instituições financeiras, oferece produtos não similares aos dos fundos de pensão. As regras não são iguais e os normativos não favorecem uma competição justa, observa Roque.

A Abrapp se manifesta - Rende frutos o esforço da Abrapp em chamar a atenção na mídia para os riscos embutidos no dispositivo da PEC que autoriza estados e municípios a contratar tanto antes da previdência aberta quanto fechada para administrar o regime complementar de seus servidores. As palavras de alerta do Presidente Luís Ricardo Marcondes Martins (foto) estão hoje, entre outros veículos, nos jornais **VALOR ECONÔMICO** e **DCI** e no **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**.

O primeiro dedica três parágrafos ao firme posicionamento da Abrapp. Diz o jornal que a Abrapp demonstrou preocupação com o dispositivo introduzido na PEC. O presidente da Abrapp, Luis Ricardo Martins, argumenta que as entidades abertas têm vantagens tributárias decorrentes de alguns de seus produtos, como o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), considerado produtos financeiros.

A vantagem tributária no VGBL é que o Imposto de Renda incide apenas sobre os rendimentos obtidos e não sobre o valor total acumulado. "A concorrência é sempre importante e sadia, mas é preciso haver equilíbrio na competição. Há diferenças enormes entre a previdência aberta e a fechada", afirmou, destacando porém que novas normas têm estimulado o crescimento do mercado de fundos de pensão.

Martins apontou ainda que o texto pode gerar conflito com o artigo 202 da Constituição, que, na visão dele, aponta que os regimes de previdência complementar do setor público deverão ser administrados por entidades fechadas. "É preciso não só igualar as condições de competição entre entidades abertas e fechadas e olhar essa aparente conflito com o artigo 202 da Constituição", disse Martins.

Em entrevista ao Jornal **DCI**, o presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins, lembrou que o texto da proposta fala que a gestão das reservas será realizada por entidades públicas e privadas. "Entidade pública de previdência eu só conheço o INSS [que atua no modelo de repartição], talvez o governo crie uma nova estatal para a gestão da poupança previdenciária", diz Martins.

Nesse caso, ele vê o risco de uso dos recursos da capitalização como instrumento de política monetária no futuro. Em outras palavras, num sistema de contas nocionais (virtuais), o Tesouro pode colocar títulos de dívida pública no mercado (para esses investidores) e entregar o benefício da aposentadoria somente no final do prazo.

Reproduzimos em seguida **NOTA DA ABRAPP** distribuída à imprensa e que deu origem às notícias publicadas na mídia: "A proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo na Câmara dos Deputados é importante e necessária, principalmente na questão das mudanças paramétricas, na avaliação do presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins. A previsão de implantação do modelo de capitalização para as novas gerações de trabalhadores é outro ponto destacado por Martins que lembra, no entanto, que alguns pontos da proposta despertam preocupação.

A Abrapp vem defendendo a necessidade de reforma tanto paramétrica quanto estrutural. Por causa do desequilíbrio das contas do INSS, as mudanças paramétricas são necessárias para recuperar o equilíbrio dos Regimes Geral e Público de Previdência no país", diz Luís Ricardo Martins. Ele explica que o estabelecimento de idade mínima e aumento do tempo de contribuição são uma tendência mundial devido ao aumento da longevidade e mudanças no mercado de trabalho.

Pelo lado das preocupações com a proposta do governo, o presidente da Abrapp lembra que Estados e Municípios deverão instituir, de acordo com o projeto, Regime de Previdência Complementar em um prazo máximo de dois anos e prevê a possibilidade para a administração dos planos dos servidores por entidades abertas - bancos e seguradoras - além das entidades fechadas, segundo Artigo 40 parágrafo 15. "A competição entre abertas e fechadas é positiva, não somos contra, porém é necessário estabelecer condições de igualdade de regras e incentivos", defende Luís Ricardo. Ele recorda que a previdência aberta tem produtos financeiros (tipo VGBL) com características muito diferentes aos planos de previdência das fechadas, que possuem caráter previdenciário de longo prazo. "São produtos com regras e finalidade muito diferentes. A governança também é distinta entre as fechadas e as abertas. Por isso, a concorrência acaba não sendo justa", afirma.

"**Contas virtuais**" - Outro ponto de preocupação é a adoção do sistema "nocional" para o modelo voltado para as novas gerações. O Estado reconhece o crédito dos valores depositados a favor do segurado, remunera-os a taxas de juros definidas e entrega o benefício de aposentadoria ao final do prazo determinado pela legislação. "A proposta traz a possibilidade de implantação do sistema de contas nocionais ou virtuais, com a adoção de um modelo escritural. A preocupação aqui é que existe a possibilidade de estatização da gestão da poupança previdenciária", alerta.

Ele explica que a proposta traz, em seu Artigo 115, que a gestão das reservas poderá ser realizada por entidades de previdência públicas e privadas. Além disso, existe a preocupação adicional com o tipo de títulos que serão utilizados para lastrear tais contas e com as taxas de juros aplicadas.

Apesar desses pontos de atenção, Luís Ricardo Martins avalia positivamente também a proposta do modelo de capitalização com a criação de um fundo solidário destinado a garantir uma renda básica - de um salário mínimo - aos futuros aposentados do novo sistema. "A proposta corrige um problema verificado no modelo do Chile, que não garantiu a renda mínima para os participantes do sistema de capitalização", comenta.

O aperfeiçoamento da proposta de Reforma será defendido pelo sistema Abrapp, Sindapp e ICSS em sua tramitação no Congresso Nacional, bem como, no debate para a elaboração da Lei Complementar para o novo modelo de capitalização. A Abrapp já tem realizado encontros com lideranças do novo governo, como os Secretários Rogério Marinho, Leonardo Rolim e Paulo Valle, com representantes da Casa Civil, além dos novos parlamentares da base governista".

Por sua vez, o jornal **DCI** traz ainda o advogado sênior do grupo tributário do escritório Trench Rossi Watanabe, Paulo Carvalho, observando que o novo sistema de capitalização que está sendo proposto na reforma da Previdência Social pode ser semelhante ao modelo já utilizado em países como Noruega e Suécia, que implantaram contas "nocionais" para os trabalhadores. Explicou que por esse modelo já adotado em países nórdicos, provavelmente o Tesouro brasileiro vai ofertar títulos públicos de longo prazo que pagam a inflação mais juros reais aos investidores (Tesouro IPCA ou NTN-Bs). "A proposta prevê essa capitalização nocional", explicou o especialista.

Profissionais de contabilidade têm até a próxima quinta-feira para prestar contas ao Programa de Educação Continuada

Termina, na próxima quinta-feira (28), o prazo para que profissionais da contabilidade, obrigados ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), prestem contas ao programa.

Os profissionais que optaram por prestar contas ao programa pelo Sistema, disponível [aqui](#), devem inserir CPF e senha de acesso, a mesma utilizada para outros sistemas do CFC, como a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore) e Conselho de Atividades Financeiras (Coaf), ou, ainda, criar ou solicitar senha.

Vale ressaltar que a prestação de contas pode ser protocolada no Conselho Regional de Contabilidade do estado em que o profissional atua.

Para quem optou por prestar contas pelo Sistema: - não se esqueça de definir a função exercida, de conferir os cursos realizados e de incluir suas atividades, como docência, produção de artigos, participação em comissões técnicas, cursos e eventos realizados no exterior; - ao finalizar o cadastro das atividades e a conferência da prestação de contas, clique em enviar para ambas as ações. (CFC-ANCEP)

Brasil discute o conteúdo da reforma e o tempo que será necessário para a sua aprovação

Os sites e jornais foram neste final de semana campo de batalha entre os mais e os menos otimistas: o economista Paulo Rabello de Castro, em sua coluna no **JORNAL DO BRASIL**, do Rio, disse ser ainda muito cedo para sabermos o tamanho da economia de recursos que teremos com a reforma da Previdência. E acrescentou com uma certa ironia: "Uma coisa sabemos, não haverá qualquer economia fiscal no curto prazo e a corrida por requerer aposentadorias já começou, já se falando no INSS em 2 milhões de requerentes". Já o também economista João Domingos, no **O ESTADO DE S. PAULO**, depois de reconhecer que "a proposta foi considerada boa por economistas e por quem entende do assunto, havendo particularmente elogios à alíquota progressiva e o reconhecimento de que o assunto está maduro para o debate", afirma que tem havido um certo exagero no cálculo feito quanto ao término da votação. Conclui ser praticamente impossível o Congresso aprovar a PEC até junho. Já em artigo no **VALOR ECONÔMICO**, Bruno Carazza, mestre em economia, avverte que "uniões eventuais entre membros da oposição ideologicamente contrários à reforma e parlamentares do centro ou até mesmo da base governista que cederem à pressão dos grupos de interesses podem levar a derrotas pontuais do governo. Nesse contexto, o que parece improvável no atacado (a não aprovação da reforma)

pode ser bastante factível no varejo, esvaziando seu impacto fiscal". Além dele, registra o mesmo jornal, principal articulador da reforma da Previdência, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), avalia que a proposta está perdendo a batalha da comunicação. Os grupos de apoio ao presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais estão silenciosos desde que o projeto foi divulgado, enquanto os militantes da oposição batem em dois pontos que Maia tinha aconselhado o governo a deixar de fora para não contaminar o debate: a redução no benefício de prestação continuada (BPC) para idosos miseráveis e a aposentadoria do trabalhador rural.

No pólo oposto, no grupo dos que confiam, o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que ofereceu a relatoria ao Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), aparece em **O GLOBO** e no **PORTAL G1** dizendo que o projeto poderá sim ser votado neste semestre. No Senado, o prazo de tramitação deverá a seu ver ficar em torno de 60 dias.

Para apressar as coisas, o Secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, adiantou que o Governo pretende enviar em menos de 1 mês ao Congresso o projeto alterando o regime dos militares, como forma de responder aos que criticaram o fato de essa parte da reforma não ter sido enviada junto com a PEC dos civis. Marinho informou que no caso dos membros das Forças Armadas haverá elevação do tempo de contribuição de 30 para 35 anos, aumento da alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5% e perda das isenções no caso das pensões, que também passarão a pagar os 10,5%. Ele deixou igualmente claro haver uma espinha dorsal do projeto que não pode deixar de ser aprovada e afirmou não acreditar que o Congresso seja capaz de fatiar a PEC, deixando para discutir mais tarde as regras de transição.

Por outro lado, um ponto importante trazido pelo **VALOR ECONÔMICO** é que com uma pequena mudança de redação, a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência abre caminho para a Receita Federal ampliar a base de arrecadação da contribuição previdenciária. O texto enviado ao Congresso na quarta-feira estabelece que a seguridade social será financiada pela "folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos, devidos ou creditados, a qualquer título e de qualquer natureza, salvo exceções previstas em lei, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício". Questionado pela reportagem, o Ministério da Economia reconhece que o texto permite redefinir a base de cobrança desse tributo, embora evite dizer se a base de arrecadação irá ou não aumentar. A pasta explica que o tema terá que ser regulamentado posteriormente por lei.